

2016 EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E CONJUNTURA POLÍTICA

Um periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública,
Marketing Político e Comportamento Eleitoral

Ano 8 - N.01
Março de 2016
ISSN: 2176 - 4883



DOSSIÊ
Comunicação Política

Rodolfo Marques

Bruno Conceição

Thiago Moraes

Doacir Quadros

Érica Anita Baptista

Patrícia Contreiras

Romer Mottinha

OPINIÃO

Gláucio Soares

RESENHA

Nerea Ramírez

Noelle Del Giúdice

Paulo Victor Melo



Periódico Eletrônico do Grupo de Pesquisa
Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral
Universidade Federal de Minas Gerais - Av. Presidente Antônio Carlos 6627
Campus Pampulha - CEP 31270-901 - Belo Horizonte - MG - Brasil - Tel (31) 34093823

PARTIDOS POLÍTICOS E PROTAGONISMO: IDEOLOGIA, PUNIÇÃO E ESTRATÉGIAS

Érica Anita Baptista
Universidade Federal de Minas Gerais
✉ anitaerica@gmail.com

Paulo Victor Melo
Universidade Federal de Minas Gerais
✉ paulovictormelo@gmail.com

Resumo: O Brasil está mergulhado em uma crise política que coloca em xeque a capacidade de representatividade da classe política e aumenta a descrença dos cidadãos em relação à política e aos partidos. A disputa de poder torna-se cada vez mais evidente e a democracia fica em segundo plano. Paralelo a isso, assistimos a uma polarização argumentativa na sociedade, e um grave e crescente clima de intolerância.

Palavras-chave: Crise Política; Democracia; Partidos Políticos.

Abstract: Brazil is mired in a political crisis that calls into question the representativeness capacity of the political class and increases the distrust of citizens towards politics and parties. The power struggle becomes increasingly evident and democracy is in the background. Parallel to this, we have seen an argumentative polarization in society, and a serious and growing climate of intolerance.

Keywords: Political Crisis; Democracy; Political Parties.

Dia 29 de março de 2016 ficará marcado como o dia que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) saiu da base aliada ao segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff. Um dos golpes mais duros que a Presidenta sofreu nessa batalha iniciada com o pedido do seu afastamento da Presidência da República. Esse distanciamento já foi anunciado em dezembro de 2015, com a famosa Carta do Vice-presidente Michel Temer para Dilma Rousseff. Há poucos dias, em um áudio supostamente vazado acidentalmente, Temer “lava suas mãos” diante dos deslizes do governo Dilma (governo este que ele participou todo o tempo) e anuncia propostas caso assuma a presidência.

Acreditamos que a Ciência Política ainda não possui ferramentas explicativas e cognitivas para dar conta de todos os acontecimentos da nossa política. Isso torna o nosso país um desafio e uma seara de possibilidades que outros pesquisadores não possuem em seus países. O PMDB apesar do ato formal de não pertencer mais a base aliada, foi eleito para um mandato junto com a Presidenta Dilma. A chapa que disputou e ganhou as eleições foi composta por PT-PMDB e esta aliança se repetiu em diversos estados do Brasil. Os votos tanto de PT como os do PMDB foram contados de forma unida para a superação do quociente eleitoral e a formação das bancadas no Congresso Nacional. O que demonstra que a saída do PMDB do governo é mais um desafio para se elucidar.

Todavia, queremos aqui discutir um pouco sobre as escolhas estratégicas dos partidos políticos, o papel da sua ideologia e as punições que eles podem sofrer. Acreditamos que isso contribui para compreendermos mais sobre os caminhos que a política brasileira tem seguido e o comportamento dos partidos nesse cenário, sobretudo daqueles que protagonizam as disputas como PT, PMDB e PSDB.

A literatura sobre os desafios enfrentados pelos partidos na contemporaneidade como a *desafección* e descontento, e a erosão das suas funções de representação (BARTOLINI, MAIR, 2001). A literatura sobre partidos políticos divide as funções partidárias em funções representativas: integração de indivíduos; agregação e articulação de demandas; socialização política e funções procedimentais: cooptação de lideranças; organização das eleições; organização de governos (MAIR, 2003). Os partidos têm como passar do tempo perdido parte de suas funções de representação política e concentrado nas suas funções procedimentais.

Para melhor elucidar, devemos apresentar, de início, a discussão sobre como os partidos foram se adaptando as mudanças que lhe foram impostas, para isso vale uma pequena recapitulação. Panebianco (2005) apresenta um

modelo de três fases de sobrevivência de um partido. A primeira fase, denominada sistema de solidariedade, é composta da seguinte maneira: 1) o objeto é a realização da causa comum; 2) prevalecem os incentivos coletivos (participação do tipo movimento social); 3) ampla autonomia de manobra dos líderes; 4) estratégia de domínio sobre o ambiente. A segunda fase é a fase da institucionalização dos partidos, no qual a máquina partidária começa a ganhar corpo, com diretórios e líderes que centralizam o e entram na disputa do jogo político. E a terceira fase é assim composta: 1) modelo do sistema natural: o objetivo é a sobrevivência e o equilíbrio dos interesses específicos; 2) prevalecem os incentivos seletivos; 3) liberdade de manobra restrita; e 4) estratégia de adaptação ao ambiente.

Para esta discussão, vamos centrar na última fase. Nesta, de pós-institucionalização, os partidos estão imersos em uma sociedade mais complexa, em que a existência de outros meios de compreensão da política, além dos partidos, são possíveis, o que acarretou a perda de muitas das funções de representação. Nas atuais sociedades, os cidadãos não se guiam mais pelas suas lideranças políticas para lhe traduzir o mundo político, temos a disposição meios de comunicação, internet e os mais diferentes dados. Somando o maior número de nuances das sociedades e a perda do monopólio da tradução política para a sociedade, leva aos partidos a uma adaptação acelerada do discurso, programa e do modelo partidário buscando a sobrevivência do partido. Os novos *issues* introduzidos pela sociedade, são cooptados pelos partidos tradicionais, por exemplo, os partidos de esquerda que adotaram os valores pós-materialistas e libertários, e os de direita os materialistas e autoritários (KITSCHOLT, 2003). Kiltshelt (2003) acrescenta que devido as novas configurações da sociedade os partidos têm de estar cada vez mais próximos ao seu eleitorado, o que é reforçado pelo número de pesquisas de opinião.

Com o aumento da deslegitimidade dos partidos políticos frente a sociedade brasileira é necessário uma discussão sobre como estes podem ser penalizados pelos eleitores. Como discutido pela teoria do *path dependence*, a trajetória e as decisões tomadas pelos partidos geram reflexos em sua constituição e estratégias, por isso para analisar essas punições e o atual reflexo de ódio presente na política brasileira é necessário analisar a trajetória dos atores que levaram a ela. As eleições representam o momento chave da definição dos programas políticos. Os cidadãos, de modo geral, realizam uma análise retrospectiva e prospectiva, avaliam a atualidade, consideram os atalhos midiáticos e de campanha, e definem as políticas de forma perspectiva, com base nos programas que lhes é apresentado. Nesse contexto, estão inseridos os partidos, que, seguindo seus preceitos ideológicos e de formação, lançam candidatos e elaboram as propostas.

David Samuels (2004), ao analisar o perfil do eleitor petista em 2002, mostra que este é o mais atraído pelo interesse em reduzir a desigualdade socioeconômica, desejo de maior influência do governo na economia, com maior regulação da economia, apoio ao nacionalismo econômico e são os brasileiros que se opõem a práticas clientelistas, com apoio a liberdade de expressão política e que tem uma visão menos hierárquica da sociedade. O PT se configurou no jogo político brasileiro até a eleição de 2002 como um partido diferente na fauna partidária brasileira, era o partido considerado como um partido de bases de massas (MENEGUELO, 1999; KECK, 1991; MELO, 1994; TELLES, 1997; 2003), com uma ideologia mais relevante, com posicionamentos de ética e batalha contra a corrupção.

A sua maior liderança, Luiz Inácio Lula da Silva, sempre foi visto como a cara que falava os podres da política. Por isso, se guardava a esperança que, ao chegar ao poder, a atuação do PT e do Lula seria diferente de tudo o que se vivenciava. Todavia, para chegar ao poder em 2002, o jogo já não foi o esperado; o PT se alinhou com forças de centro-direita para conseguir

ganhar o jogo. Ao aderir as regras do jogo político brasileiro, o PT não o modificou, como lhe era esperado. Os Governos Lula, todavia, realizaram uma série de políticas sócias e base que pela primeira vez possibilitaram uma pequena “divisão do bolo” no Brasil. Longe de ser o que as políticas de esquerda propunham ou anseiam, mas foi dado um passo importante nesse sentido. No governo Dilma, o jogo continuou o mesmo com a entrada do PMDB na vice-presidência. Mas, com uma personalidade com bem menos carisma e jogo político liderando o barco, Dilma Rousseff.

Outra coisa que temos de arrolar para essa discussão é o peso da cadeira presidencial. Para além do peso político e de centro do jogo político (MELO, CÂMARA, 2012), a cadeira da presidência é repleta de um peso simbólico de grande relevância. A Presidência da República é o principal cargo eletivo do Brasil, mas não é só por isso, a população acredita que ele é responsável por todos os males e benefícios do mundo político. O que é explicado pelas ferramentas disponíveis aos ocupantes da cadeira e por ser ocupado por apenas uma pessoa, todavia, o que aconteceu no atual mandato é uma situação de o “socorro, o piloto sumiu”. A Presidenta Dilma Rousseff não conseguiu exercer todas essas ferramentas a sua disposição, bem como não conseguiu compor as alianças necessárias para realizar as atividades políticas. O poder no Congresso dos Deputados é mais fragmentado, afinal é mais difícil de colocar a culpabilidade em apenas um dos 513 deputados ou nos 81 senadores. A eleição majoritária da Presidência da República é baseada em uma campanha personalista o que cria com o presidente um vínculo de culpabilidade bem mais presente. Sabe-se a quem penalizar ou recompensar.

Esse ato de culpabilizar apenas uma pessoa, um ator político, está muito claro na situação que estamos vivenciando hoje em dia. As denúncias de corrupção envolvem diversas figuras políticas e muitas delas ocupam importantes cargos na política brasileira. No entanto, o que vemos é o direcionamento de toda a carga de responsabilidade e punição a uma ou duas

figuras de destaque na política. Num cenário paralelo, correm as alianças e acordos daqueles que foram, ao menos por enquanto, poupados do julgamento popular. E, retomando a discussão inicial sobre os partidos, é nesse momento que vemos (e estranhamos) as atitudes de algumas agremiações. Esses movimentos, que se iniciam nos bastidores e depois ganham visibilidade midiática, confundem os cidadãos, mas em última instância, podemos pensar que são manobras previsíveis, especialmente em momentos delicados.

Mas um destaque tem de ser feito: o PT e as suas lideranças têm culpa. Como bem disse o Ministro da Casa Civil Jacques Wagner, em entrevista à *Folha de S. Paulo* no dia 03/01/2016, o PT ao invés de reformar o sistema, ele reproduziu as metodologias já existentes na política brasileira. E por ter sido o maior defensor da necessidade da mudança fora do poder, mas quando nele chegou não realizou as tais modificações, ele é mais penalizado que outros atores que estavam e continuam no poder. O PMDB sofre menos pressão simbólica para a mudança e não causa a sensação de "quebra de contrato" no eleitor, pois não há uma mudança no que ele defendeu em sua trajetória ou alguma promessa, e sim, a sua simples continuação.

Acreditamos que essa pode ser uma penalização inclusive com maior valor ideológico. Partidos de esquerda tendem a ser mais penalizados por corrupção e desvios de função que os de direita. Assim como políticas de cortes de gastos do governo são mais aceitas se realizadas por políticos de direita, afinal é sobre essa ideologia que eles foram forjados. Por isso, a rejeição ao atual governo Dilma acarreta críticas de proporções maiores. Observa-se um somatório de uma crise econômica, um congresso muito mais conservador que os outros governos petistas, um movimento de direita nas ruas cada vez mais forte e um descrédito com o PT devido a escolhas que traem a suas defesas históricas. O partido que teve na atual democracia o

maior respaldo e vínculo com a sociedade perdeu esse e se alinhou ao jogo político que era realizado no Brasil.

O que se tem como resultado é um total descrédito com a política e, mais ainda, os políticos, o que fica claro com as vaias recebidas por Geraldo Alckmin e Aécio Neves em São Paulo, e por Bolsonaro no Rio de Janeiro nas manifestações do dia 13 de março. Os movimentos de "luta pelo Brasil" não conseguiram, ainda, configurar uma liderança de veia política, o que abre espaço para o surgimento de um *outlier* do jogo político. A política brasileira muitas vezes trabalhou com cooptação, ao ser retirado todo o sistema político, frágil ainda, que viemos construindo nos últimos anos e fazer emergir uma liderança de fora do jogo, podemos colocar em risco todo o trabalho de muito tempo. Instituições são forjadas nas disputas e na luta da sua construção. Jogar por terra todo o trabalho de 30 anos é de extrema imprudência.

Mesmo que os partidos tenham perdido alguns graus de confiança e de legitimidade diante dos cidadãos, precisamos lembrar que eles ainda concentram muitas funções e poderes. Os partidos possuem, por exemplo, o monopólio da seleção dos candidatos e cedem a eles o uso de sua marca – cabe aos partidos realizarem algum grau de controle *ex-ante* sobre os seus políticos. Partidos políticos são endêmicos às democracias contemporâneas, por isso a sua existência, vitalidade e os vínculos que eles exercem com a sociedade são de essencial importância para a manutenção da democracia. Existe uma crise importante, mas a saída tem de se dar por dentro da normalidade democrática e essa se passa pelo veio dos partidos políticos. A sociedade se torna mais complexa e é necessário uma atuação mais **política** dos partidos e das nossas lideranças. O sistema democrático é uma engrenagem muito sutil e com várias nuances: romper os partidos é colocar toda a engrenagem em desuso.

Referências

- BARTOLINI, S.; MAIR, P. Challenges to contemporary political parties. In: DIAMOND L.; GUNTHER, R. (Ed.) *Political parties and democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.
- KECK, Margaret. *PT, A Lógica da Diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.
- KITSCHOLT, H. Landscapes of political interest intermediation: social movements, interest groups, and parties in the early twenty-first century. In: IBARRA, P. (Ed.) *Social movements and democracy*. New York, Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.
- MAIR, P. Os partidos políticos e a democracia. *Análise Social*, v. 167, p. 277- 293, 2003.
- MELO, C. R.; CÂMARA, R. Estrutura de Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. *Dados*, v.55, n. 1, p.71-117, 2012.
- MELO, C. R. *O PT e a democracia*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, datilografado, 1994
- MENEGUELLO, R. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- PANEBIANCO, A. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- SAMUELS, D. Las bases del PT: Ideología versus personalismo en su apoyo electoral. *América Latina Hoy*, n.37, p.63-80, 2004.
- TELLES, H. *O PT e a ordem - identidade, conflito e interação: um estudo de caso sobre os candidatos a vereador nas eleições de 1992*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, datilografado, 1997.
- TELLES, H. *Os partidos e a competição política: o desempenho do Partido dos Trabalhadores nas eleições para a Câmara dos Deputados (1982/1998)*. Tese de Doutorado. São Paulo, Departamento de Ciência Política, 2003.

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Alberto Vannucci é professor de Ciência Política na Università di Pisa (Itália). Desde 2010 é o diretor do Programa de Mestrado em Análise, Prevenção e Contraste contra o Crime Organizado e Corrupção. Entre suas publicações sobre corrupção se destacam os volumes: *Mani impunita. Vecchia e nuova corruzione in Italia (Unpunished hands. Old and new corruption in Italy, 2007, com D. della Porta); The hidden order of corruption (com D. della Porta, 2012); Atlante della corruzione (Atlas of corruption, 2012).*

Carlos Ranulfo Melo é professor titular do Departamento de Ciência Política e Coordenador do Centro de Estudos Legislativos da Universidade Federal de Minas Gerais.

Cláudio Gonçalves Couto é cientista político, professor do Departamento de Gestão Pública da EAESP-FGV, pesquisador 1D do CNPq e Secretário Executivo da ANPOCS.

Érica Anita Baptista é jornalista e mestre em Comunicação Social. Atualmente é doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais. É pesquisadora no grupo Opinião Pública, sediado na mesma instituição. Também é pesquisadora no Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ), com sede na Universidade Nova de Lisboa.

Fernando Lattman-Weltman é cientista político, sociólogo e professor adjunto do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Foi professor e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas. É hoje o presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólitica).

Helcimara de Souza Telles possui mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Realizou pós-doutorado na Universidad Complutense de Madrid e na Universidad de Salamanca. É professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais e coordena o Grupo de Pesquisa "Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral", na mesma instituição.

Luiz Ademir de Oliveira é doutor em Ciência Política pelo IUPERJ, docente e pesquisador do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

Paulo Roberto Figueira Leal é doutor em Ciência Política pelo IUPERJ, docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Paulo Victor Melo é mestre e doutorando em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCP-UFMG) e membro do Grupo Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral, sediado na mesma instituição.

Vera Chaia é professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pesquisadora do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia) e da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Pós-Doutorado na Univesidad Rey Juan Carlos/Espanha. Coordena o Projeto Temático financiado pela FAPESP - Lideranças Políticas no Brasil: características e questões institucionais.

Vitor Peixoto é doutor em Ciência Política pelo IUPERJ, professor associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Tem experiência em análises de partidos, eleições e financiamento de campanhas.